

FICÇÕES CRIADORAS: AS IDENTIDADES NACIONAIS

Anne-Marie Thiesse

“Quand le royaume de la représentation est révolutionné, la réalité ne réside pas.” (Hegel, carta a Niethammer, 28/10/1808)¹

Ao longo do século XIX, operou-se a conversão da Europa dos príncipes para a Europa das nações. Antes de ser uma transformação da cartografia estatal, a mudança foi uma mutação radical das representações. O advento dos Estados Nações foi promovido por meio da elaboração de um sistema de identidades coletivas inteiramente novo. Atualmente, a existência de identidades nacionais fortes é incontestável; mais ainda, estas identidades nacionais, que parecem irreduzíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente. Entretanto, estas identidades nacionais não existiam em 1800. Sua criação foi uma das grandes obras européias do século XIX, da qual participaram massivamente intelectuais, artistas e escritores². Paradoxo maior: as diversas identidades nacionais foram forjadas no contexto de intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de um modelo comum de produção das diferenças.

O QUE É UMA NAÇÃO?

Segundo um *topos* constituído no final do século XIX e retomado recentemente, existiriam duas concepções antagônicas de nação. Uma seria resultante da Revolução e, a outra, do romantismo. A primeira, dita francesa, seria racional e progressista; a segunda, qualificada como alemã, estaria baseada na emoção e seria reacionária. De um lado, portanto, a expressão da livre vontade de adesão a uma entidade política (a nação como “plebiscito renovado de todos os dias”³), de outro lado, a submissão a um

Anne-Marie Thiesse, CNRS/Paris. Tradução de Eliane Cezar.

determinismo organicista (a nação como *Volksgeist* originária do sangue e do solo). Falaciosa oposição: todas as duas concepções participaram da construção das diversas nações, ainda que seus pesos respectivos tenham variado de acordo com os contextos políticos e sociais. Esta dupla referência encontra-se, de fato, no próprio centro da idéia moderna de nação, tal como ela se esboça na Europa do Oeste na metade do século XVIII. A nação é, naquele momento, uma idéia nova e subversiva, que provoca a contestação da sociedade de ordens e de um poder monárquico que se vale do direito divino ou do direito de conquista. No contexto da grande revolução ideológica que começa, a nação é concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e uma fraternidade de princípio entre seus membros. A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. Qual é, efetivamente, o patrimônio simbólico e material que possuem de maneira indivisa o junker prussiano e o camponês bávaro? Ou o burguês toscano e o pastor calabrês, ou o notário normando e o artesão da região das Cevanas? Inicialmente, e é o mínimo que se pode dizer, a resposta não tem nada de evidente. Será necessário mais de um século de intensa atividade criadora para constituir a identidade nacional dos alemães, dos italianos, dos franceses e de todos os seus homólogos europeus. Isto implica, senão abolir as identidades preexistentes baseadas no estatuto social, na religião ou no fato de fazerem parte de uma comunidade local restrita, implica, no mínimo, redefini-las como características secundárias, subordinadas à identidade nacional. A organização espacial e hierárquica das representações é perturbada por um duplo movimento que institui a unidade lá onde dominava o disparate, e que traça fronteiras em espaços contínuos ou de imbricação identitária. A formação das identidades nacionais, além disso, não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam.

Atualmente, a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso

sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático. Esta lista é prescritiva: as nações que acabam de ter acesso ao reconhecimento estatal em decorrência da fragmentação da Iugoslávia, da Tchecoslováquia ou da U.R.S.S., não param de manifestar ostensivamente sua adesão. Quanto à Padania de Umberto Bossi, ela foi munida de um “Delegado para a Identidade cultural” encarregado de cuidar de sua execução. Esta *check-list* identitária é a matriz de todas as representações de uma nação. Ela compõe o primeiro capítulo dos guias de viagem e a iconografia das cédulas bancárias, ela é encenada nas festividades que acompanham a visita de um chefe de estado estrangeiro ou nas celebrações nacionais⁴. Mas o plenipotenciário persa ou o enviado de Sírio despachados para a Europa do século XVIII teriam tido dificuldades para reconhecê-la, mesmo naquelas nações que se vangloriam de estarem entre as mais antigas. Iniciada precisamente na Europa das Luzes, a lista identitária foi constituída, essencialmente, ao longo do século XIX, elemento por elemento.

A ESCOLHA DOS ANCESTRAIS

Logicamente, a construção das nações como comunidades de nascimento começa pela determinação dos ancestrais fundadores de cada uma delas. A reivindicação de filiação vem acompanhada do enunciado de um postulado: o Povo é um museu vivo dos grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura original. Certamente, a tradição permitiu, mediante alterações, a conservação do legado primitivo através das gerações. A investigação destes vestígios permite, portanto, colocar em dia e estabelecer, após reconstituição, os autênticos fundamentos de uma moderna cultura nacional. O procedimento etnográfico aparece, então, como uma via de acesso privilegiada para a arqueologia do nacional. Coerente com a revolução ideológica que faz do Povo constituído em nação o único detentor da legitimidade do poder, esta promoção da cultura popular também permite estabelecer um novo universalismo. A hegemonia da cultura francesa, que se coloca como a detentora privilegiada da herança comum greco-latina, suscita, de fato, na Europa do século XVIII, uma interrogação freqüentemente enunciada pelos eruditos ingleses ou alemães: como criar culturas nacionais que não sejam unicamente imitações e, conseqüentemente, versões inferiores da cultura francesa? A resposta é fornecida pela promulgação de uma pluralidade de fundamentos culturais da Europa. Ela corresponde a um universalismo do particular, excluindo toda

hierarquia entre nações: cada uma é depositária de uma herança específica, igual em valor e em dignidade àquela que os gregos e os romanos da antigüidade constituíram. A fidelidade a esta herança é a única medida de valor de uma nação. Esta argumentação toma forma na segunda metade do século XVIII, no mesmo momento em que ocorrem as primeiras operações de exumação das culturas primitivas que seriam conservadas no seio do Povo. A mais notável é aquela que termina com a descoberta de um Homero caledoniano, denominado Ossian, a quem são atribuídas duas epopéias, *Fingal* e *Temora*, publicadas em 1761 e 1763, respectivamente. O jovem poeta James Macpherson declara tê-las encontrado e traduzido do gaélico a partir de coletas que ele teria feito dos cantos populares escoceses. Imediatamente, inicia-se uma polêmica duradoura sobre a veracidade dos propósitos de Macpherson: ela opõe de maneira inconciliável aqueles que desejam à força acreditar na autenticidade de epopéias excessivamente desejadas para serem contestadas, e aqueles que, em razão de argumentos filológicos, denunciam uma *forgery*. Mas as expectativas em matéria de antigüidades nacionais são tais que as epopéias ossiânicas suscitam, em toda a Europa, um extremo entusiasmo e provocam uma intensa coleta de cantos populares. Além disso, a cultura popular que assim se encontra promovida como fundamento da cultura nacional não se confunde com a cultura viva do campesinato: trata-se, sobretudo, de um artefato que certamente toma emprestado desta cultura popular alguns elementos, mas que, antes de tudo, destina-se a operar uma renovação da cultura letrada. Valendo-se do precedente ossiânico, grupos de jovens alemães, suecos ou russos colecionam e publicam cantos épicos, sagas, baladas: os velhos guerreiros celtas, germânicos, vikings ou eslavos são intensamente mobilizados em um duplo combate pela refundação cultural da Europa e pela luta contra todos os tipos de tirania.

Grande Ossianófilo, o teólogo Johann-Gottfried Herder (1744-1803) lança inúmeras exortações a seus compatriotas, mas também ao conjunto dos eruditos europeus a fim de reunir os fundamentos de suas culturas. Em uma expressão que se tornou famosa, ele declara que os cantos populares são “arquivos do povo, tesouro de sua ciência, de sua teogonia e de suas cosmogonias. Eles são o tesouro dos grandes acontecimentos dos pais, narram sua história, trazem a marca do seu coração, ilustram sua vida doméstica na alegria e na adversidade, no leito nupcial e na tumba”⁵. Autor de uma antologia de *Volklieder* (1778-1779), onde reúne textos das mais diversas procedências, ele desenvolve uma filosofia da história que expõe o novo universalismo, de igual valor em dignidade de encarnações diferentes de uma mesma essência. Condenando

a artificialidade dos Estados constituídos pelas guerras, ele declara como sendo legítima unicamente a formação política constituída por um povo detentor de unidade de caráter nacional. E ele insiste muito na importância de uma língua territorialmente e socialmente comum, como expressão e comunhão sempre renovada da nação.

A INSTITUIÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS

Engajada juntamente com as coletas de literatura popular e os primeiros esboços de literaturas que se pretendem autenticamente nacionais, a constituição das línguas nacionais corresponde a uma completa revisão da cartografia lingüística da Europa, que se caracterizava por uma confusão de dialetos e de línguas. Língua da corte, língua de culto, língua do ensino ou da administração podiam, em um mesmo espaço, ser diferentes e coexistir com linguagens populares diversificadas. Nos Estados alemães protestantes, a língua do ensino religioso e primário era o alemão, enquanto que o ensino secundário concedia um lugar de destaque para o latim, e a língua da corte e da expressão cultural era o francês; a dieta da Hungria, ainda no século XVIII, deliberava em latim⁶; a monarquia francesa, mesmo tendo imposto precocemente o uso do francês nos atos administrativos e criado uma Academia encarregada de zelar pela pureza e glória da “língua do rei”, não havia julgado útil a sua prática pelo conjunto de seus súditos. Uma língua nacional, ao contrário, tem por função assegurar a totalidade da comunicação no seio da nação: quaisquer que sejam suas origens geográfica e social, todos os seus membros devem compreendê-la e empregá-la em todos os seus usos. Ela deve permitir a expressão de qualquer idéia, de qualquer realidade, desde as mais antigas até as mais modernas, desde as mais abstratas até as mais concretas. Nela também a nação deve encarnar-se e ilustrar-se. As atuais línguas nacionais são originárias de um trabalho filológico que, em certos casos, foi considerável⁷. Além disso, ele foi conduzido segundo procedimentos comuns, elaborados através de trocas entre eruditos. Os irmãos Grimm, especialmente, desempenharam um papel importante na constituição, através da Europa, de um conjunto de dadas referências que permitem articular codificação da língua, coletas de literatura popular e constituição do patrimônio cultural nacional. O trabalho filológico não se limitou à elaboração de gramáticas e de dicionários: freqüentemente, foi necessário iniciar também intensas operações para promover o emprego da nova língua. O “despertar nacional”, na maioria dos países eslavos, ou na Finlândia, associou a

uma imensa tentativa de reconstrução lingüística a criação de obras literárias na nova língua e a fundação de associações que tinham por objetivo financiar e sustentar a impressão de livros e de periódicos a fim de criar um público. Frequentemente, “salões” literários e peças teatrais também desempenharam um papel importante no ajuste da versão oral da nova língua. A difusão entre o conjunto da população, todavia, efetuou-se lentamente através da criação de um sistema educacional nacional, da emigração rural para as cidades e dos meios de comunicação de massa.

O *BILDUNGSROMAN* DA NAÇÃO

No início do século XIX, as nações ainda não têm história. Mesmo aquelas que já determinaram seus ancestrais dispõem apenas de alguns capítulos incompletos de uma narração cujo essencial está ainda por ser escrito. A historiografia de uma nação distingue-se da historiografia de uma monarquia na sua natureza e na sua forma. Ela deve colocar em evidência a continuidade e a unidade da nação como ser coletivo através dos séculos, apesar de todas as opressões, de todos os infortúnios, de todas as traições. É o romance, um gênero literário tão jovem quanto a idéia de nação, que servirá, ao mesmo tempo, de modelo narrativo para as primeiras elaborações eruditas de escrita nacional e de vetor de difusão de uma nova visão do passado. Os romances publicados a partir de 1814 por Walter Scott entusiasma uma jovem geração de letrados, pois neles eles encontravam a inspiração de uma história simultaneamente ressurreição e inspiração. As primeiras histórias nacionais, frequentemente de inspiração liberal, e os romances históricos dão forma a esta nova representação, constituída de uma narrativa contínua e de cenas destacadas que, ilustrando de maneira exemplar a alma da nação e seu combate contra a tirania, distinguem figuras emblemáticas de heróis e anti-heróis e fornecem referências para as lutas contemporâneas. O crescimento considerável do material impresso permitirá uma difusão cada vez maior do passado nacional⁸ assim construído, desenvolvido igualmente pelo teatro⁹ e, posteriormente, pela ópera. Paralelamente, efetua-se toda uma formatação iconográfica das grandes cenas do passado nacional, que vai da pintura histórica às gravuras, e mesmo à decoração de objetos de uso ordinário, como a louça. Observa-se que estas iconografias nacionais são muito similares entre si, não apenas estilisticamente, mas também tematicamente. Uma exposição ocorrida no *Deutsches historisches Museum* de Berlim, na primavera de 1998, intitulada *Mythen der Nationen, ein europäisches Panorama*, evidenciou

isto através da apresentação conjunta da iconografia histórica, constituída no século XIX, de 17 nações européias. Como o indicam, nesta ocasião, os historiadores Etienne François e Hagen Schulze:

Estes mitos nacionais parecem, de nação para nação, extraordinariamente semelhantes ou mesmo intercambiáveis. As diferenças de um país para outro, que pareciam intransponíveis para os contemporâneos, parecem-nos hoje ser apenas nuances, diferenças de grau, variações no interior de uma estrutura perfeitamente coerente.¹⁰

Não é apenas a concepção de nação que é comum para toda a Europa, mas também sua representação. De fato, as trocas entre eruditos, escritores e artistas engajados na construção cultural das identidades nacionais são constantes, bem como as transferências de idéias e de *savoir-faire*. A observação crítica das iniciativas tomadas aqui ou lá, a emulação e a imitação dos resultados favoráveis estão no centro da produção identitária. Aliás, os intelectuais franceses lamentam, constantemente, o atraso de sua nação neste domínio; enumerando os avanços ingleses, alemães, russos ou espanhóis, eles declaram prejudicial o fato de sua nação não ocupar neste domínio a primeira posição, e lançam apelos insistentes aos poderes públicos. Em outros lugares, os militantes dirigem suas exortações sobretudo aos seus concidadãos (particularmente quando a construção da nação é anterior ao seu reconhecimento estatal).

O estabelecimento de histórias nacionais proporciona um novo alcance a um movimento nascido na França com a Revolução e em outros lugares com as guerras napoleônicas: a salvaguarda dos monumentos nacionais. A emergência da idéia de nação gera uma nova concepção: aquela de patrimônio material coletivo¹¹. Prejudicar esta herança, como bem diz o termo “vandalismo” inventado pelo abade Gregório, é ser um bárbaro alheio à nação. A propriedade individual, seja ela legítima, deve, mesmo neste caso, ser submetida ao interesse nacional. Deve-se, ainda, determinar a composição deste patrimônio nacional e divulgá-la. Portanto, é feito todo um trabalho ligando prédios à história nacional e dotando-os de um valor específico. A série *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*¹², ricamente ilustrada com litografias, apresenta uma lista abundante de monumentos históricos: ela também indica quais são os conhecimentos e o olhar que devem pesar sobre estes prédios. E, em 1831, em Paris, aparece um romance histórico cuja heroína epônima é uma catedral. O autor oferece uma aula de arquitetura e de história nacionais, antes de lançar um apelo à ação e à pedagogia patrimoniais: “Conserve-

ma de um conjunto de paisagens regionais muito diversificadas. É verdade que a França é um dos grandes países formadores de pintores europeus e que algumas de suas paisagens (floresta de Fontainebleau, costa bretã, mais tardiamente costa mediterrânica) servem de matrizes para a constituição de paisagens nacionais em outros países. Mas é também ao longo do século XIX que surge uma concepção da especificidade francesa baseada na variedade de recursos naturais do país. A representação da França como síntese excepcional da diversidade do continente, resumo ideal da Europa, vai tornar-se, durante a Terceira República, um *topos* universitário e político. Ela possui, aliás, um corolário: a França, aliança harmônica de contrastes, é, por excelência, terra da moderação. Isto se expressa, em matéria paisagística, através de um vale ervoso ligeiramente ondulante, de árvores que não originam florestas, de um vilarejo remoto, tudo isto sob um céu sereno, mas sem luminosidade opressiva. Paisagem de força tranqüila e de conciliação dos antagonismos ...

A pintura de gênero efetua, paralelamente, uma outra determinação da representação do nacional salientando um aspecto eminentemente pitoresco, porém recente, da iconografia: os trajes “tradicionais” dos diferentes países. Ainda aqui, trata-se de uma modificação da cartografia que estabelece uma codificação do vestuário não mais social, mas nacional¹⁵. As “séries” e “coleções” de gravuras sobre os trajes rústicos multiplicam-se a partir da primeira década do século XIX. A influência da ilustração histórica e, posteriormente, da encenação teatral contribuem para acentuar certos aspectos espetaculares: coifas cada vez mais altas, como os chapéus femininos da Idade Média, jogos de cores vivas. Esses trajes ditos camponeses são inapropriados para os trabalhos rústicos: a pintura realista, aliás, continua a representar os trabalhadores da terra com suas roupas descoradas e sem originalidade. Mas sua finalidade é mais emblemática do que funcional e social. A partir das coleções de trajes pitorescos, alfaiates e costureiros podem elaborar trajes de aparato para uma rica clientela. Nas nações em construção, o uso desse tipo de traje “nacional” pode servir de manifesto político quando, por exemplo, dos “bailes patrióticos” que são organizados na Europa central e oriental. A burguesia urbana, e mesmo o campesinato mais abastado, adotam-no sucessivamente, principalmente em um contexto festivo. O mais original destes trajes nacionais, o kilt escocês, é objeto de uma intensa promoção que contou com a colaboração¹⁶ de Walter Scott: a própria família real inglesa acaba usando-o quando de suas estadas em Balmoral¹⁷.

As coleções de trajes “tradicionais” constituem o início das primeiras exposições etnográficas, como aparece nas Exposições Universais.

mos os monumentos nacionais. Inspiremos à nação, caso seja possível, o amor pela arquitetura nacional”. É surpreendente que, no mesmo ano, o erudito Sulpiz Boisserée publique seu *Domwerk* à glória da catedral de Colônia. Uma associação é formada para a conclusão da catedral renana, transformada em metáfora da nação alemã. De fato, em todas as nações européias tem início, então, a formação de um rico conjunto de monumentos históricos patrioticamente e abundantemente restaurado no século XIX a fim de torná-lo mais autêntico, isto é, mais próximo de suas representações. A determinação progressiva da arquitetura nacional fornece referências para a realização de novos prédios.

A NATUREZA NACIONAL

Hoje, é possível evocar uma nação simplesmente através de sua paisagem: a publicidade, os cartazes turísticos fazem isto regularmente¹³. Se a leitura é geralmente imediata e sem ambigüidade, é porque uma codificação da natureza em termos nacionais foi conduzida no século anterior. O trabalho de elaboração da paisagem nacional é obra coletiva, conduzido tanto pelos poetas e romancistas como pelos pintores. Eles determinam, a partir dos recursos naturais, e através de uma estética coerente, visões carregadas de sentido e portadoras de sentimento. Mas, para representar a nação, como escolher entre a montanha e a planície, entre o mar, o lago ou o rio, entre a floresta e a lande, sabendo-se que inúmeros países possuem uma vasta gama de possibilidades? Frequentemente, um princípio de diferenciação é posto em prática. Para distanciarem-se de modo radical da Áustria e de seus cumes alpinos, pintores e escritores húngaros exaltam a paisagem, *a priori* ingrata, da Grande Planície (a *Puszta*)¹⁴. A Suíça, em compensação, cujo território é pouco extenso quando comparado aos vastos territórios vizinhos, é ilustrada através de cumes prodigiosos e resplandecentes. A paisagem nacional norueguesa toma a forma do fiorde imaculado de neve, cuja brancura e a verticalidade contrastam com as verdes pastagens do antigo possuidor dinamarquês e as não menos verdes florestas do novo possuidor sueco. Com frequência, uma paisagem nacional é associada a uma estação (os países mediterrânicos raramente são representados no inverno; os países do norte são pintados, sobretudo, no outono ou no inverno). A determinação de uma vegetação nacional precisa o clichê (pinos finlandeses, bétulas russas, carvalhos alemães, ciprestes italianos). A paisagem nacional francesa é mais complexa, pois aparece, essencialmente, sob a for-

Estes grandes encontros, que se multiplicam na segunda metade do século XIX¹⁸, não são apenas o momento de mostrar aos compradores e ao grande público as inovações em matéria tecnológica e os produtos industriais. São também exposições identitárias, onde cada nação valoriza seu patrimônio ancestral. O arcaísmo (de concepção recente) é tão apreciado quanto a modernidade. Na Exposição Universal ocorrida em Paris, em 1878, a seção sueca apresenta dezenas de manequins vestidos tipicamente, em ambientes que reconstituem interiores rústicos, decorados com pinturas da paisagem nacional expostas nas paredes. Tal seção faz um grande sucesso e a museologia etnográfica européia das décadas seguintes nela vai inspirar-se. Ela foi concebida por um filólogo, Artur Hazelius, que, em 1872, abriu ao público sua coleção de trajes e objetos tradicionais com um objetivo explícito: “utilizar os objetos do patrimônio para despertar e estimular os sentimentos patrióticos do visitante”. O *Nordiska Museet* serve de modelo ao Museu Nacional de Etnografia dinamarquês, aberto em 1885 por Bernard Olsen, cenógrafo, ilustrador e diretor artístico de Tivoli, em Copenhague. A Sala da França do Museu do Trocadero, abundantemente provida de trajes bretões, é inaugurada em 1884, e o Museu berlinense dos trajes alemães e utensílios domésticos populares é inaugurado em 1889. As capitais européias são rapidamente providas de museus nacionais de etnografia. Oslo (1894) e Praga (1895) são providas antes mesmo de todo reconhecimento estatal das nações norueguesa e tchecoslovaca. Ao mesmo tempo, são fundadas sociedades nacionais de etnografia, com suas revistas que publicam instruções de coleta e explicam ao público culto a razão pela qual e como se interessar pela cultura popular dentro de uma perspectiva patriótica.

Quando acaba o século XIX, os principais elementos da “check-list” identitária estão claramente estabelecidos e os procedimentos de constituição enunciados, o que faz com que as nações recentemente surgidas possam, rapidamente, recuperar seu “atraso” inicial. Para a maior parte das nações européias, os grandes ancestrais estão identificados, a língua nacional fixada, a história nacional escrita e ilustrada, a paisagem nacional descrita e pintada. As grandes músicas nacionais, que em certos casos apresentam-se como ilustrações sinfônicas da história e da paisagem nacional foram compostas (como por exemplo, *Ma Vlat* – Meu País – de Smetana ou *Finlandia* de Sibelius). Os grandes monumentos históricos já estão repertoriados e restaurados, as literaturas nacionais estão em pleno progresso e providas de uma história. O folclore está coletado e museografado. As produções simbólicas e materiais das épocas pré-nacionais tornaram-se o objeto de um nacionalismo retroativo. O restante é, sobretudo, uma

questão de intensificação e de divulgação: no século XIX, a representação identitária entra na era da cultura de massa.

LIMITES DO NACIONAL

Entretanto, o êxito do princípio nacional, que se impõe como modo de organização estatal legítima, apresenta vários conflitos. Em primeiro lugar, porque ele coloca, concretamente, um problema crucial: como determinar o território da nação e definir suas fronteiras? Os fundamentos da construção do nacional estabelecem uma igualdade de princípio entre nações autênticas e, teoricamente, não permitem a nenhuma delas anexar o patrimônio de uma outra. Uma nação digna deste nome somente tem o direito de combater para proteger sua herança e para recuperar o que lhe foi espoliado (pelo menos no interior da Europa, visto que este princípio não se aplica à conquista colonial). A filologia, a etnografia, a história, a arqueologia ou a antropologia física são mobilizadas para estabelecer direitos de propriedade ancestral sobre um território. Daí decorrem os argumentos sobre a anterioridade de presença dos ancestrais e as controvérsias sobre a continuidade da ocupação do solo. Ainda recentemente, a história da Europa ilustrou esta mobilização dos grandes ancestrais nos trágicos conflitos contemporâneos. Os dirigentes nacionalistas sérvios exaltaram, por meio de grande quantidade de publicações acadêmicas, de manifestações e de filmes, a batalha do Campo de Merles, ao final da qual os ancestrais da nação, vencidos pelo império otomano, deixaram a província do Kosovo: a população albanesa, nesta perspectiva, apenas teria aproveitado este abandono forçado pelos sérvios do “berço de sua nação”. Mas, inversamente, o regime de Enver Hoxdha, em sua evolução nacional-comunista, havia desenvolvido a tese segundo a qual os ancestrais reivindicados pela nação albanesa, os ilíreos, ocupavam a região desde muitos séculos (e mesmo milênios) antes da chegada dos invasores eslavos na península balcânica: arqueólogos, antropólogos e filólogos foram os responsáveis pela apresentação das provas. A questão sobre o legítimo pertencimento da Transilvânia à Hungria ou à Romênia alimenta, sobretudo após o Tratado de Trianon, sérias controvérsias – expressas ainda hoje em sites da Internet – sobre a ligação entre os romenos e seus ancestrais proclamados (os dácios ou getodácios) e sobre a continuidade da ocupação do solo (os ancestrais dos romenos teriam ou não deixado seu território de origem quando chegaram os ancestrais dos húngaros?). Pode-se também lembrar que o povo-

amento da Alsácia na era pré-cristã (gaulês ou germânico?) e as características etnográficas da região alimentaram controvérsias “acadêmicas” entre franceses e alemães.

De fato, todo espaço estatal é *a priori* heterogêneo, reunindo populações que podem reclamar pertencimentos nacionais diversos, ou mesmo específicos. A Provença (que se estende progressivamente sobre todo o espaço de *langue d’oc*), a Bretanha, por exemplo, passaram, no século XIX, por uma construção identitária baseada no modelo comum europeu: codificação da língua a partir de dialetos diversos, elaboração de uma literatura nessa língua, criação de associações e de jornais para sua divulgação, escritura de uma história plurissecular de resistência contra a opressão, listas de folclore e abertura de museus, encenação de figurinos e de danças, etc. A iniciativa do *Félibrige mistralien*, dos eruditos bretões é, em vários pontos, análoga àquela dos criadores de identidade nacional. Mas o contexto político, econômico e social era pouco favorável para uma reivindicação de independência que encontrasse uma larga adesão: estas identidades constituídas foram redefinidas como identidades regionais. Com efeito, de modo geral, a construção das identidades nacionais foi acompanhada da elaboração de identidades locais, concebidas segundo modalidades similares; mas elas foram colocadas como secundárias, subordinadas à identidade nacional e não contraditórias para com ela. Todo um trabalho pedagógico foi realizado para estabelecer esta relação. Assim, foram multiplicadas as representações da nação que faziam a maravilhosa reunião de diversidades complementares. Manuais escolares, como *le Tour de France par deux enfants*, ou *le Merveilleux Voyage de Nils Holgersson*¹⁹, ensinavam aos alunos que seu país era rico de diversidades que apenas tinham sentido uma vez reunidas. Os desfiles de grupos folclóricos em trajes típicos, os vilarejos etnográficos das Exposições internacionais que reuniam prédios evocando todas as regiões da nação, os mapas gastronômicos e turísticos, também difundiram largamente esta representação. Resta ainda que as identidades regionais assim elaboradas, por sua semelhança com as identidades nacionais, podem facilmente ser adaptadas para uma reivindicação de independência. A atual emergência de micronacionalismos é testemunha disto, em uma situação marcada simultaneamente pela impotência dos Estados Nações para desempenharem o papel político e social a eles atribuído, e a derrocada do princípio concorrente: o internacionalismo.

A Europa, cadiño inicial das identidades nacionais, foi também o espaço histórico da elaboração de um princípio de identidade coletiva antagonica. A revolução industrial, cujas premissas são contemporâneas do nascimento do princípio nacional, deu origem a novos grupos sociais e

colocou em evidência os limites do princípio de igualdade no seio da nação. O internacionalismo baseado na nação de classe contra a união nacional baseada na noção de interclasses: esta oposição constitui um dos principais eixos da história europeia do século XX. Entretanto, frequentemente, identidade de classe e identidade nacional coexistiram: a preferência por uma delas em determinada conjuntura política não significa, necessariamente, a rejeição da outra²⁰. A derrocada dos regimes que invocam o internacionalismo marxista, em compensação, fornece, de agora em diante, um poder considerável à idéia de nação como comunidade solidária assegurando a cada indivíduo um lugar que não seja determinado exclusivamente por seu estatuto econômico. Enquanto a “mundialização” do capitalismo restringe, atualmente, o controle que os Estados Nações têm sobre a produção de riquezas e sua distribuição, a nação aparece como um refúgio, e o seu desaparecimento como uma terrível ameaça para a coesão social e as condições de existência dos mais desfavorecidos.

A situação atual conduz, certamente, ao seu limite os paradoxos originais do modelo nacional. A formação das nações esteve intrinsecamente ligada à modernidade econômica e social, à transformação dos modos de produção, ao alargamento dos mercados, à unificação e à racionalização dos procedimentos de conhecimento e de troca. Não é por acaso que as identidades nacionais resultam de um mesmo modelo, fundamentalmente transnacional. Elas são específicas – é a sua função – mas comparáveis termo a termo. Esta padronização é, provavelmente, um fator maior no êxito e generalização desta nova forma de identidade coletiva. Entretanto, quanto mais ela é obliterada, mais ela é eficiente: as identidades nacionais não são percebidas como o produto de uma reconfiguração homogeneizante das diferenças, mas como formações *suis generis* e perfeitamente autônomas. A representação das nações tem também por particularidade o fato de estar baseada em uma denegação da transformação, exaltando o arcaísmo e o imobilismo de uma comunidade a-temporal que existe desde tempos imemoriais. O culto da tradição, a celebração do patrimônio ancestral foram, certamente, um contrapeso eficaz que permitiu às sociedades ocidentais efetuarem, durante os dois últimos séculos, transformações radicais sem cair na anomia. Mas, doravante, esta disjunção entre representação e realidade constitui, certamente, uma das grandes fragilidades das sociedades contemporâneas, confrontadas com uma nova mutação tecnológica e econômica. A construção de novas identidades coletivas, articuladas a partir de projetos políticos à altura das transformações em curso, implica a tomada de consciência da historicidade do modelo nacional e de suas representações.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. *Briefe von und an Hegel*, herausgestellt von Johannes Hoffmeister, Hamburg, Felix Meiser, 1952, Band I, S. 253.
2. Cf. THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales – Europe, XVIII^e-XX^e siècle*, Paris, Seuil, 1999.
3. A expressão “a existência da nação é um plebiscito renovado todos os dias” é retirada da célebre conferência “Qu’est-ce qu’une nation?”, pronunciada em 11 de março de 1882, na Sorbonne, por Ernest Renan (reproduzida em RENAN, Ernest. *Œuvres complètes*, Paris, Calmann-Lévy, 1947, t. I). A descontextualização alterou-lhe bastante o sentido. A conferência de Renan é menos uma apologia das idéias democráticas republicanas que uma refutação ponto por ponto dos argumentos invocados para legitimar a integração da Alsácia ao império alemão. Cf. notadamente NOIRIEL, Gérard. *Population, immigration et identité nationale, XIX^e-XX^e siècle*, Paris, Hachette, 1992, pp. 20-23.
4. A série dos elementos identitários nacionais pode prestar-se a usos caricaturais ou distanciados. O sucesso de *Astérix* repousa sobre um cômico anacrônico que projeta sobre “nossos ancestrais gauleses” a “check-list” identitária francesa.
5. HERDER, J. G. “Von der Ähnlichkeit der mittleren englischen und deutschen Dichtkunst”, *Deutsches Museum*, novembro de 1777, reproduzido em *Herder’s Sämtliche Werke*, (sob a direção de B. Suplan), Berlim, Weidmann, vol. 9, 1893, p. 532.
6. Quando o imperador José II torna o alemão, pelo decreto de 1784, a língua administrativa do Império dos Habsburgos, ele esbarra em oposições violentas contra aquilo que parece uma germanização forçada; a revogação do decreto, em 1790, reintroduz de fato o latim.
7. Tendo em vista que a formação das línguas nacionais inscreve-se nos conflitos políticos, geopolíticos e sociais, as escolhas filológicas que dizem respeito ao material lingüístico de referência (dialeto, antiga língua escrita) e ao alfabeto podem dar lugar a vivas controvérsias e a delicadas arbitragens. A criação de uma língua nacional pelos eslavos do sul foi operada, por conseguinte, a partir de um dialeto, o *stokavien*, utilizado pelos sérvios, pelos montenegrinos islamistas e por uma parte dos croatas, porém distinto do dialeto *kajkavien*, inicialmente utilizado pelo movimento cultural constituído no Zagreb. Vuk Karadzic, que desempenhou um importante papel na elaboração de uma nova língua, foi encorajado pelos filólogos do Império dos Habsburgos e por Jacob Grimm. Codificado por uma convenção assinada em Viena, em 1850, por cruidos croatas, sérvios e um esloveno, o servo-croata foi definido como língua única transcrita a partir de dois alfabetos. A língua romena, cuja codificação efetuou-se no sentido de uma latinização e depuração dos elementos turcos e eslavos, foi transcrita em caracteres cirílicos até a metade do século XIX; a escolha do alfabeto latino marca um dis-

tanciamento com relação ao espaço eslavo. A Noruega foi provida de duas línguas nacionais, uma baseada nos falares camponeses do oeste (o atual *ny-norsk*), e, a outra, baseada no dinamarquês administrativo praticado na capital e progressivamente “anorueguesado” (o atual *boksmal*). A criação de uma língua nacional grega originou um longo conflito entre os partidários do *démotique* (que se refere aos falares populares) e os partidários da *kathaveroussa* (língua “purificada” mais atribuída ao grego da Antiguidade). A criação de uma língua nacional judia também gerou uma oposição entre os defensores do iídiche depurado e os defensores do hebreu modernizado. Sobre a questão da formação das línguas nacionais, cf. notadamente BAGGIONI, Daniel, *Langues et nations en Europe*, Paris, Payot, 1997.

8. A publicação de obras na forma de folhetins e em fascículos é um dos vetores desta larga difusão da história nacional. Cf. notadamente *Tapis-Franc, revue du roman populaire*, n° 8, 1997, “Histoire et roman populaire”, textos reunidos por Dominique Kalifa com a colaboração de Johanna Köster.
9. A criação de teatros (como prédios) nacionais é, às vezes, explicitamente apresentada como uma tarefa patriótica. Em 1850, por exemplo, é fundado, na Boêmia, um comitê com esta finalidade, que lança um apelo à nação e destaca as funções de educação política, moral e estética que exercerá o futuro teatro nacional tcheco. Financiado por contribuições patrióticas, o teatro é inaugurado em 1881. A ópera *Libuse*, concebida para esta inauguração, é um hino à nação, baseado na lenda das origens (a fundação da primeira dinastia tcheca através do casamento da princesa Libuse com um agricultor) e que termina com uma revisão de todos os grandes capítulos da história nacional. Tendo em vista que o teatro foi destruído pouco após sua inauguração em razão de um incêndio acidental, uma subscrição pública foi lançada para sua reconstrução: ela foi coberta em algumas semanas.
10. FRANÇOIS, Etienne e SCHULZE, Hagen. “Das emotionale Fundament der Nationen”, em *Mythen der Nationen, ein europäisches Panorama*, catálogo da exposição que leva o mesmo nome, Deutsches Historisches Museum, 1998, p. 20.
11. Cf. POULOT, Dominique. *Musée, Nation, Patrimoine, 1789-1815*, Paris, NRF-Gallimard, 1997.
12. TAYLOR, Isidore; NODIER, Charles e CHILLEUX, Alphonse de. *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*, Paris, Didot, 1820-1878, 21 tomos. Pintores como Géricault, Vernet, Ingres ou Daguerre e decoradores de teatro foram consultados para a iconografia dos monumentos.
13. A determinação de uma paisagem como representação de uma nação explica a motivo pelo qual o ministério dos bens culturais italianos, faz alguns anos, protestou contra a utilização de paisagens toscanas em uma campanha publicitária de automóveis de marca succa.
14. Cf. a tese, atualmente em curso, de Réka Albert sobre a criação da paisagem nacional húngara.
15. As primeiras descrições de trajas populares são feitas a partir da perspectiva

do “muscu vivo”. Conforme a descrição balzaquiana de um camponês bretão (durante algumas décadas, os bretões foram considerados como vestígios quase que perfeitamente conservados dos ancestrais gauleses): “a partir do pescoço, ele era envolto por um gabão, espécie de blusa de cânhamo alaranjada ainda mais grosseira que as calças dos conscritos mais desafortunados. Esta blusa, na qual um antiquário teria reconhecido o antigo uniforme militar dos gauleses, terminava na metade do corpo, prendia-se em duas capas de pele de cabra através de pedaços de madeira grosseiramente talhados, alguns ainda com farpas.” (*Les Chouans*, Furne, 1829, p. 12). Porém, rapidamente, a hipótese de vestimentas populares como sendo aquelas usadas pelos grandes ancestrais foi abandonada. O traje popular é simplesmente dito tradicional, sem que a sua antiguidade seja precisada.

16. Sobre a criação do kilt e a codificação de seus tecidos quadriculados, cf. TREVOR-ROPER, Hugh, “The Invention of Tradition: the Highland Tradition of Scotland”, em *The Invention of Tradition*, sob a direção de HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence), Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
17. Em 1842, a rainha Vitória, descendente da dinastia hanoveriana, e seu esposo, o príncipe Alberto, nascido *Saxe-Cobourg-Gotha*, tomam posse do domínio de Balmoral. O casal real, que insiste que a decoração neogótica do castelo seja de estilo escocês, passa igualmente a ter aulas de dança escocesa.
18. A primeira Exposição internacional (*International Exhibition*) é inaugurada em Londres no ano de 1851.
19. BRUNO, G. (Madame Fouillée), *Le Tour de la France par deux enfants, Devoir et Patrie*, 1878; LAGERLÖF, Selma, *Le Merveilleux voyage de Nils Holgersson à travers la Suède*, 1907.
20. Conforme, para a interpretação das representações, a descrição literária do desfile que marca solenemente a abertura do Congresso Internacional Socialista da Basileia, em 1912: “Ao vermelho das bandeiras misturava-se uma platéia de cores, ornamentos e trajes. Doze fanfarras tocavam árias que se excluíam mutuamente, do *Ranz des vaches* até a Internacional. Rebentava sem parar o refrão dos sinos. Na frente do desfile, cem ciclistas do partido socialista. (...) Depois vinham as juventudes socialistas da Basileia. Aqui começava o idílio. Eram centenas de jovens com trajes nacionais; imaginem pequenos Guilherme Tell de vinte anos marchando em multidão, o pequeno chapéu, camisa de mangas largas, suspensórios verdes, os joelhos aparecendo, a balcra ao lado (...) Atrás deles vinham as moças. Vestidas de branco, vestidos à moda antiga, misturando assim as épocas e as mitologias. (...) Crianças de branco com túnicas curtas agitavam palmas onde estava escrito em letras douradas que é mais glorioso secar as lágrimas do que retomar correntes de sangue. E atrás deste grupo marchavam, não o Cristo entrando em Jerusalém, mas, em seus trajes escuros, Jaurès e Kautsky. Os delegados avançavam sob as bandeiras. (...) A maioria não eram simples estandartes vermelhos, mas apresentavam emblemas corporativos que recuavam o desfile até a Idade Média. (...) Os grupos nacionais, separados por um interva-

lo demarcado, sucediam-se cantando, os alemães, os húngaros, os croatas, os franceses, os belgas, os ingleses, os russos. Os cantos não eram os mesmos: cada país tinha sua canção. Os franceses sabiam apenas *A Internacional*.” Aragon, *Les Cloches de Bâle*, 1934, citado na edição das obras romancescas completas, Paris, NRF-Gallimard, “La Pléiade”, 1997, pp. 994-995.